
COMITÊ CONSULTIVO PARA ASSUNTOS GOVERNAMENTAIS (GAC): ATA DA REUNIÃO

57ª reunião da ICANN, Hyderabad

De 3 a 9 de novembro de 2016

MEMBROS E PARTICIPANTES DA REUNIÃO

Sessenta e seis membros do GAC e seis observadores participaram da reunião.

O GAC deu as boas-vindas ao novo membro, Nepal. Com isso, a afiliação do GAC totaliza 170 membros e 35 observadores.

A lista dos participantes está disponível no **Anexo 1**.

O Comunicado do GAC de Hyderabad está disponível no **Anexo 2**.

Uma declaração feita pelo Brasil, em nome de vários membros do GAC, está no **Anexo 3**.

As apresentações disponíveis usadas pelos oradores durante a reunião podem ser acessadas no [site do GAC](#) (em formato de slides ou documentos de Word/PDFs).

SESSÕES SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E QUESTÕES IMPORTANTES

Proteção de nomes e acrônimos de IGOs

O GAC discutiu esta questão em suas reuniões com a diretoria e o conselho da GNSO.

O conselho da GNSO reiterou suas posição de que os procedimentos de PDP evitam a reabertura do PDP original, a menos que se possa comprovar que as conclusões deste estão incorretas ou incompletas. Houve discordância sobre se a GNSO estava ciente das discussões do “pequeno grupo” entre 2014 e 2016. No entanto, os membros do conselho desejam continuar conversando com o GAC e a diretoria para encontrar uma solução.

A diretoria indicou que aguardaria o resultado da análise da proposta do pequeno grupo por parte do GAC e da análise do PDP sobre mecanismos de proteção de direitos de reparação por parte da GNSO antes de avaliar outras ações por sua própria parte, embora esteja disposta a promover novas discussões entre o GAC e a GNSO.

O GAC concordou em assessorar a diretoria para promover as discussões e resolver diferenças entre o parecer do GAC e as recomendações do PDP da GNSO; que uma base inicial seria a proposta de meio-termo do pequeno grupo; que o GAC convide o PDP sobre direitos de reparação a levar em consideração a proposta do pequeno grupo; e que as proteções atuais devem permanecer.

O GAC também concordou em incluir no Comunicado que leva em consideração a carta do secretário geral da ONU aos ministros, relativa ao possível uso não autorizado de nomes e acrônimos de IGOs, e que reitera suas preocupações anteriores.

PONTO DE AÇÃO

As discussões mencionadas acima devem ser incorporadas no Comunicado. **(Concluído)**

Cruz Vermelha/Crescente Vermelho/Cristal Vermelho

O GAC discutiu as proteções permanentes para nomes e identificadores da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho internacional e nacional em reuniões separadas com a diretoria e com o conselho da GNSO.

O conselho da GNSO considera que isso deve ser considerado como parte da questão das IGOs, porque foram incluídas no conjunto original de recomendações do PDP.

A diretoria declarou que vai levar a questão a futuras deliberações.

O GAC concordou em recomendar à diretoria que solicite ao conselho da GNSO o reexame e a revisão das recomendações do PDP correspondentes. Os membros do GAC ressaltaram que uma resolução em breve dessa questão seria um sinal de grande auxílio para o trabalho na questão das IGOs.

PONTO DE AÇÃO

As discussões mencionadas acima devem ser incorporadas no Comunicado. **(Concluído)**

Revisão de concorrência, confiança e escolha do consumidor (CCT)

O GAC foi informado pelo presidente da equipe de revisão de CCT, Jonathan Zuck, e pelos membros do GAC da equipe de revisão (Megan Richards, Comissão Europeia; e Laureen Kapen, Comissão Federal do Comércio dos Estados Unidos). As principais questões levantadas foram:

- As conclusões provisórias foram prejudicadas pela falta de dados em várias áreas.
- A equipe prevê lançar um relatório preliminar em dezembro de 2016.
- As conclusões sobre a falta de participação em regiões desfavorecidas são do interesse particular de vários membros do GAC.

Pesquisas e estudos da equipe de revisão de CCT estão disponíveis em www.cct.wiki.

PONTOS DE AÇÃO

Os membros do GAC devem revisar as conclusões provisórias relevantes e preparar-se para os comentários do GAC sobre o relatório preliminar, quando for lançado. **(Todos os membros do GAC + secretaria do GAC do ACIG)**.

Os indicados do GAC à equipe de revisão de CCT deverão fornecer atualizações regulares ao GAC. **(Comissão Europeia e Comissão Federal do Comércio dos Estados Unidos)**

Códigos de países/territórios de duas letras no segundo nível

O GAC considerou esta questão à luz de um parecer anterior à diretoria. As principais questões levantadas foram:

- Foi pouco útil o fato de que a mais recente declaração da diretoria sobre esta questão estava no formato da resolução 2016.11.08.15, adotada na manhã de 8 de novembro, dia em que o GAC preparou seu Comunicado, dificultando a verificação exata do que a diretoria decidiu.
- Continua havendo uma variedade de opiniões dentro do GAC sobre se os governos nacionais desejam ou não ser consultados sobre esta questão caso a caso.
- Foi observada uma carta da reunião das autoridades sênior de telecomunicações e tecnologia da informação da ASEAN, referente às propostas da ICANN sobre esta questão.
- Deveria ser recomendado à diretoria que indique claramente se a resolução está de acordo com o parecer do GAC, emitido no Comunicado de Helsinque, e que sempre comunique sua posição sobre o parecer do GAC a tempo, antes de adotar qualquer medida diretamente relacionada a esse parecer.

PONTO DE AÇÃO

As discussões mencionadas acima devem ser incorporadas no Comunicado. **(Concluído)**

Uso de códigos de três letras na lista ISO-3166 como gTLDs nas futuras rodadas

O GAC considerou esta questão à luz das discussões atuais na comunidade, inclusive no grupo de trabalho entre comunidades sobre o uso de nomes de países e territórios como gTLDs e no grupo de trabalho do GAC sobre proteção de nomes geográficos em futuras rodadas de gTLDs.

Houve discussão (na plenária do GAC e durante a reunião do GAC com a ccNSO) sobre a possibilidade de tratar os códigos de países de 3 letras no primeiro nível localmente, de fato, como ccTLDs. Houve interesse em continuar discutindo essa questão dentro do GAC e com outras partes interessadas.

PONTO DE AÇÃO

As discussões mencionadas acima devem ser incorporadas no Comunicado. **(Concluído)**

Política de futuros gTLDs

O GAC reuniu-se com os presidentes conjuntos do grupo de trabalho do PDP da GNSO sobre os procedimentos subsequentes de novos gTLDs. As principais questões levantadas foram:

- Haverá pelo menos mais uma rodada de consultas por meio de perguntas aos grupos constituintes, possivelmente no início de 2017.
- Há um forte desejo no grupo de trabalho de que o GAC faça uma contribuição detalhada para evitar opiniões conflitantes com o GAC no final do processo.
- Algumas questões emergentes exigirão mais trabalho para obter consenso (por exemplo, nomes geográficos, especialmente além dos nomes de países e cidades; previsibilidade do processo; proteções de IGOs). Outras talvez precisem ser reconsideradas desde o início, por exemplo, "comunidades".

- As questões das regiões desfavorecidas vão muito além do programa de apoio ao solicitante. Uma contribuição do GAC ao subgrupo da linha de trabalho 1 seria muito bem-vinda.
- Questões específicas dos IDNs precisarão de uma análise mais detalhada.

PONTO DE AÇÃO

Os membros do GAC devem participar ativamente dos grupos de trabalho do PDP de modo individual (**todos os membros do GAC**).

Considerar a alocação de mais tempo para a discussão dessas questões na 58ª reunião da ICANN (**secretaria do GAC do ACIG**).

Solicitações de gTLDs baseadas na comunidade

O GAC observou a divulgação de um relatório preparado pelo Conselho Europeu: [Solicitações à ICANN de novos domínios genéricos de primeiro nível \(gTLDs\) baseados na comunidade: oportunidades e desafios a partir da perspectiva dos direitos humanos](#). O relatório foi enviado à diretoria da ICANN e ao grupo de trabalho do PDP sobre procedimentos subsequentes de novos gTLDs.

O GAC analisará as recomendações do relatório entre as sessões.

PONTOS DE AÇÃO

As discussões mencionadas acima devem ser incorporadas no Comunicado. (**Concluído**)

A análise adicional das recomendações deve continuar entre as sessões e ser discutida na 58ª reunião da ICANN (**Reino Unido, Suíça, secretaria do GAC do ACIG**).

Assuntos de segurança pública

O GAC foi informado pelo grupo de trabalho de segurança pública (PSWG) sobre o trabalho atual do grupo. As principais questões levantadas foram:

- Inclusão, no Comunicado, de uma solicitação à diretoria da ICANN de uma atualização detalhada sobre as medidas tomadas pela ICANN e as partes contratadas para impedir o abuso do DNS.
- Progresso do grupo de trabalho do PDP sobre serviços de diretório de registros de gTLDs de última geração para substituir o WHOIS.
- A função de liderança do PSWG em dois tópicos de alto interesse na 57ª reunião da ICANN: sobre abuso do DNS e WHOIS.
- Tradução dos dados do WHOIS em outros idiomas.

PONTOS DE AÇÃO

A solicitação de informações deve ser incluída no Comunicado (**concluído**).

O PSWG deve manter o GAC informado sobre o trabalho (**PSWG**).

Semelhança de cadeias de caracteres

O GAC revisou e confirmou a posição transmitida pelo presidente do GAC ao presidente da ccNSO em uma carta de 28 de setembro de 2016, referente às orientações propostas pelo grupo de trabalho do painel de revisão ampliado de

semelhanças de processo sobre o segundo processo de semelhança de cadeias de caracteres. Os membros do GAC confirmaram a importância de promover o lançamento de nomes de domínio internacionalizados (IDNs).

PONTO DE AÇÃO

A posição anteriormente acordada pelo GAC deve ser comunicada à diretoria como parecer do GAC. (**Concluído**)

Revisão do centro de informações de marcas (TMCH)

O GAC foi informado pelo grupo de análise sobre o relatório de revisão independente do TMCH. Um relatório atualizado será concluído no quarto trimestre de 2016.

O GAC analisará melhor este trabalho, inclusive o relatório atualizado, no contexto do desenvolvimento de futuras políticas de gTLDs.

Leilão do domínio ponto web

O GAC observou que algumas partes demonstraram preocupações sobre o processo de leilão do gTLD ponto web. Esta questão foi levantada na reunião do GAC com a diretoria. No entanto, esta preferiu não comentar, pois o assunto está em litígio.

CCWG proposto sobre rendimentos de leilões

O GAC concordou, a princípio, em participar do CCWG proposto sobre rendimentos de leilões de novos gTLDs como uma organização constituída, sujeito a um período de 14 dias para comentários na lista de e-mails do GAC.

PONTO DE AÇÃO

A liderança do GAC deve entrar em contato com os presidentes conjuntos do CCWG para propor que o GAC participe como uma organização constituída, sujeito a eventuais comentários na lista de e-mails do GAC (**secretaria do GAC do ACIG**).

Índia digital e Telangana digital

O GAC realizou uma sessão interativa com base nas apresentações do governo da Índia e do governo de Telangana com relação ao maior acesso à banda larga e à melhoria na prestação de serviços do governo.

SESSÕES DE PARTICIPAÇÃO ENTRE COMUNIDADES

Reunião com a organização de apoio a nomes genéricos (GNSO)

O GAC reuniu-se com o presidente do conselho da GNSO, James Bladel, e com membros do [conselho da GNSO](#). As principais questões levantadas foram:

- O relatório final de status do grupo de consulta GAC-GNSO. A GNSO adotará o relatório em breve e, quando o GAC o fizer, o grupo será dissolvido.
- Outras opções para o envolvimento do GAC em PDPs. Ambos os lados concordaram em que as respectivas funções, nos termos do estatuto, não devem impedir a discussão prática no âmbito dos grupos de trabalho e (possivelmente com envolvimento da diretoria) nos estágios quase finais da emissão de relatórios.

- Uma atualização de status sobre os PDPs atuais, de interesse do GAC.
- Proteção permanente de nomes e acrônimos de IGOs. (Consulte acima para obter mais detalhes)
- Proteção permanente dos nomes e acrônimos Cruz Vermelha, Crescente Vermelho e Cristal Vermelho. (Consulte acima para obter mais detalhes)

PONTO DE AÇÃO

O GAC deve decidir entre as sessões se vai adotar as recomendações do grupo de consulta (secretaria do GAC do ACIG).

Reunião com a organização de apoio a nomes de domínio com códigos de países (ccNSO)

O GAC reuniu-se com a presidente do conselho da ccNSO, Katrina Sasaki, e outros membros do conselho. As principais questões levantadas foram:

- Uma proposta de PDP sobre um mecanismo de revisão para decisões sobre a administração de ccTLDs.
- Uma proposta de PDP sobre a retirada de ccTLDs.
- O relatório final do CCWG sobre o uso de nomes de países e territórios como TLDs. Espera-se que o trabalho ainda continue no PDP sobre procedimentos subsequentes de novos gTLDs.
- Painel de revisão ampliado de semelhanças de processo. Estão sendo envidados esforços para resolver aparentes mal-entendidos com o SSAC em relação aos IDNs.

Reunião com o comitê consultivo At-Large (ALAC)

O GAC reuniu-se com a liderança e os membros do ALAC. As principais questões levantadas foram:

- Desenvolvimento de políticas para novos gTLDs futuros, inclusive solicitações da comunidade (o GAC e o ALAC analisarão o recente relatório encomendado pelo Conselho Europeu, para possível ação na 58ª reunião da ICANN); a revisão de CCT (ambas as organizações precisam de tempo para analisar as conclusões e os relatórios); e as categorias de gTLDs.
- Questões de diversidade, inclusive o desenvolvimento de capacidades, o envolvimento de embaixadores tribais da América do Norte na ICANN, o estudo da AFNIC sobre diversidade na ICANN e oportunidades para os jovens se envolverem por meio de centros de irradiação e participação remota.
- Implementação do novo Estatuto da ICANN com relação à comunidade autônoma.
- O Programa de treinamento de liderança da academia da ICANN. O GAC tem três vagas para a próxima rodada.

PONTO DE AÇÃO:

O GAC e o ALAC continuarão dialogando sobre as questões observadas acima. (**Grupo de liderança do GAC + secretaria do GAC do ACIG**).

Reunião com o ombudsman da ICANN

O GAC reuniu-se rapidamente com o ombudsman da ICANN, que esboçou o escopo de seu trabalho e chamou a atenção do GAC para os [padrões esperados de comportamento da ICANN](#), adotados em 26 de junho de 2016.

TRANSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DA IANA E APRIMORAMENTO DA RESPONSABILIDADE DA ICANN

Transição da administração da IANA

O GAC observou que a transição da administração da IANA foi concluída em 30 de setembro de 2016 e que as novas disposições para a função da IANA estão agora em vigor. Vários membros louvaram a transição como uma contribuição positiva à governança global da Internet.

O contato do GAC com o comitê permanente de clientes dos identificadores técnicos públicos (PTI) (Noruega) avisou que o comitê teria sua primeira reunião durante a 57ª reunião da ICANN.

Os membros observaram a necessidade de que todos os indicados pelo GAC a órgãos externos mantenham o GAC regularmente informado.

Aprimoramento da responsabilidade da ICANN – linha de trabalho 2

Os membros indicados pelo GAC à linha de trabalho 2 do CCWG de responsabilidade informaram sobre os avanços no grupo plenário e no âmbito dos subgrupos. Os subgrupos especialmente interessantes para o GAC são: jurisdição, responsabilidade de SOs/ACs, direitos humanos e transparência.

Foi acordado que todos os membros do GAC devem esforçar-se para se envolver no trabalho dos subgrupos à medida que estes avancem para a emissão de relatórios na metade de 2018.

A implementação por parte do GAC do estatuto derivado das recomendações da linha de trabalho 1 do CCWG será tratada em “Questões internas do GAC”, abaixo.

PONTO DE AÇÃO

A ferramenta de painel que está sendo desenvolvida pelo CCWG deve ser distribuída ao GAC (**secretaria do GAC do ACIG**).

QUESTÕES INTERNAS DO GAC

Eleições

O GAC reelegeu como presidente, por aclamação, Thomas Schneider (Suíça).

Foram realizadas eleições para os cinco cargos de vice-presidente pela secretaria do GAC do ACIG. Os resultados das eleições foram:

Manal Ismail (Egito)	76 votos
----------------------	----------

Milagros Castañón Seoane (Peru)	66 votos
Ghislain De Salins (França)	60 votos
Mark Carvell (Reino Unido)	57 votos
Guo Feng (China)	54 votos
Pär Brumark (Niue)	40 votos

Os primeiros cinco candidatos da lista acima foram declarados eleitos.

PONTO DE AÇÃO

O Brasil preparará material de apoio para as discussões do GAC sobre a questão da diversidade geográfica dentro do GAC. **(Brasil)**

Implementação do novo Estatuto da ICANN

O GAC discutiu, durante três sessões plenárias, possíveis abordagens para implementar o Estatuto da ICANN, que entrou em vigor em 1º de outubro de 2016 e implementa recomendações da linha de trabalho 1 do CCWG de responsabilidade. Os principais resultados foram:

Parecer do GAC à diretoria da ICANN

- (a) O GAC manterá os procedimentos adotados na reunião de Helsinque para preparar o parecer do GAC no Comunicado e trabalhará para melhorá-los continuamente.
- (b) A secretaria do GAC do ACIG preparará um documento de discussão sobre esta questão para ser analisado na reunião de Copenhague. Ele conterá pesquisas e análises sobre procedimentos em outras organizações internacionais.

Indicações do GAC a órgãos externos

- (a) A secretaria do GAC do ACIG preparará um documento de discussão sobre esta questão para ser analisado na reunião de Copenhague. Ele conterá uma tabela das indicações atuais e possíveis; pesquisas e análises sobre critérios de seleção e como estes podem ser desenvolvidos e aplicados, e sobre se as orientações preliminares acordadas para a participação do GAC em CCWGs poderiam ser ampliadas para outras indicações.
- (b) Se forem necessárias nomeações ou indicações antes da reunião de Copenhague, elas serão feitas de acordo com a prática atual do GAC.

O GAC na comunidade autônoma

- (a) O presidente do GAC continuará representando o comitê na administração da comunidade autônoma até o final da 59ª reunião da ICANN, ocasião em que a questão será novamente discutida.
- (b) Será solicitado (pela secretaria, por meio do grupo de liderança do GAC) um parecer do departamento jurídico da ICANN referente às questões preparadas pela secretaria do GAC do ACIG sobre os procedimentos a serem adotados pelo GAC de acordo com o estatuto no que diz respeito à participação na comunidade

autônoma, e também referente às opções identificadas pela secretaria, equipe e membros do GAC durante a reunião de Hyderabad.

- (c) Serão solicitadas (pela secretaria, por meio do grupo de liderança do GAC) informações de outros ACs e SOs sobre os procedimentos que eles estão adotando para a participação na comunidade autônoma, especialmente nos níveis inferiores do processo de encaminhamento.

Declaração do Brasil e de outros membros do GAC

O Brasil fez uma declaração em nome dos governos do Brasil, Argentina, Chile, China, Colômbia, França, Guiné, Paraguai, Peru, Portugal, Ruanda e Venezuela. O documento abordou a função do GAC como participante decisório e os procedimentos do GAC associados a essa questão. A declaração está no Anexo 3.

PONTOS DE AÇÃO

Conforme observado acima.

Grupo de trabalho de implementação das recomendações da diretoria-GAC (BGRI)

O BGRI abrange todos os membros interessados do GAC (atualmente, Suíça, Reino Unido, Irã, Estados Unidos e Egito) e os membros da diretoria¹ Markus Kummer, Maarten Botterman, Chris Disspain, Ram Mohan (contato), Mike Silber e Lousewiese Van der Laan. Os presidentes conjuntos Manal Ismail (Egito) e Markus Kummer organizaram uma sessão com o GAC para analisar o progresso do plano de trabalho acordado. As seguintes questões foram levantadas:

- Perspectivas diferentes dos membros da diretoria e dos membros do GAC. A diretoria prefere um parecer claramente implementável, enquanto o parecer do GAC muitas vezes fica inevitavelmente no âmbito dos princípios.
- O que constitui um parecer do GAC. Os pareceres devem ser marcados claramente como tal, mas outros formatos de comunicação também são possíveis. Em algum momento, a diretoria deve tomar decisões de interesse público, e o parecer do GAC faz parte desse processo.
- Clareza do parecer do GAC. De modo ideal, o parecer deve conter: uma nota declarando se é baseado em consenso, uma justificativa e os resultados previstos das políticas públicas.
- Um diálogo normal após o Comunicado entre a diretoria e o GAC. Esse diálogo enfocará o esclarecimento de eventuais questões levantadas pela diretoria. Ele poderia ser organizado entre um pequeno grupo da diretoria e o grupo de lideranças do GAC, sem deixar de estar aberto a todos os interessados.

PONTO DE AÇÃO

O BGRI continuará o trabalho entre sessões e solicita feedback dos membros do GAC sobre questões levantadas na sessão (**BGRI, membros do GAC**).

¹ Conforme a resolução da diretoria 2016.11.08.29

Secretaria do GAC independente

O GAC confirmou novamente seu apoio a uma secretaria do GAC independente, complementada pela equipe de apoio da ICANN. No entanto, o financiamento para além de junho de 2017 continua sendo um problema. As principais questões levantadas foram:

- A secretaria do GAC do ACIG observou novamente que o contrato atual termina 21 dias após a reunião de junho de 2017, que atualmente não há nenhuma negociação para prorrogar o contrato e que as próximas etapas são um assunto para o GAC.
- Outros compromissos de vários países foram bem recebidos, mas ainda há uma deficiência para 2017-18 (sob novo contrato) e mais além.

PONTO DE AÇÃO:

Os membros do GAC devem revisar novamente as solicitações do presidente de possíveis contribuições para possibilitar a continuidade da secretaria independente. **(Presidente do GAC + Suíça).**

Participação do GAC no comitê de indicação (NomCom)

Argentina, Brasil, Burundi, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Irã, França, Nigéria, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela apresentaram uma declaração solicitando que o GAC indique um representante para ser o contato sem direito a voto no NomCom, que pode ser acomodado dentro da estrutura atual do NomCom. Foi acordado que essa solicitação será analisada no GAC.

PONTO DE AÇÃO

A declaração deverá ser divulgada novamente na lista de e-mails do GAC para comentários. **(Secretaria do GAC do ACIG)**

Revisão dos princípios operacionais do GAC

O grupo de trabalho sobre a revisão dos princípios operacionais do GAC reuniu-se como grupo de trabalho e também coordenou duas sessões plenárias do GAC.

Foram discutidas e acordadas várias revisões nos cronogramas contidos no atual plano de trabalho.

Equipe de revisão SSR2: Indicados pelo GAC

O GAC observou que 3 pessoas se ofereceram espontaneamente, em resposta à convocação de manifestação de interesse, para serem indicadas pelo GAC à 2ª equipe de revisão de segurança, estabilidade e flexibilidade do DNS (SSR2-RT).

PONTO DE AÇÃO

O grupo de lideranças do GAC analisará essas indicações e enviará um relatório ao GAC. **(Grupo de lideranças do GAC + equipe da ICANN)**

GRUPOS DE TRABALHO DO GAC

Os grupos de trabalho do GAC informaram o seguinte ao comitê:

Segurança pública: O grupo de trabalho de segurança pública (PSWG) continuou o envolvimento com a comunidade e com várias iniciativas da ICANN.

Os membros do PSWG participaram de reuniões da revisão de concorrência, confiança e escolha do consumidor (CCT), do grupo de trabalho de PDP de serviços de diretório de registro, da equipe de revisão de implementação do credenciamento de serviços de proxy e privacidade (PPSAI) e da equipe de redação da estrutura de segurança.

O PSWG elaborará recomendações ao GAC na área de cadeias de caracteres sensíveis e na proteção infantil on-line, continuará participando de atividades de envolvimento e desenvolvimento de capacidades e realizará reuniões quinzenais para promover o trabalho entre sessões.

O grupo de trabalho informou ao GAC que está analisando a versão preliminar dos procedimentos para orientar as disposições de trabalho entre o GAC e o grupo de trabalho e que espera apresentar uma atualização sobre isso ao GAC na reunião de Copenhague.

Direitos humanos e direito internacional: O grupo de trabalho de direitos humanos e direito internacional (HRILWG) foi atualizado pelo relator do subgrupo do CCWG de responsabilidade para o desenvolvimento de uma estrutura de interpretação do valor essencial dos direitos humanos incluído no estatuto que entrou em vigor em 1º de outubro de 2016. O HRILWG planeja preparar uma contribuição do GAC à consulta pública sobre a versão preliminar da estrutura de interpretação, planejada para fevereiro próximo. O HRILWG solicita maior participação dos membros do GAC e de observadores nesta iniciativa entre comunidades. O HRILWG concordou em apoiar a iniciativa de seus presidentes conjuntos para ajudar o relator do subgrupo do CCWG a estabelecer o contato com o grupo de trabalho da ONU sobre a questão dos direitos humanos e com corporações multinacionais e outras empresas comerciais, a fim de buscar a respectiva opinião embasada a respeito da solicitação à ICANN dos princípios orientadores da ONU sobre empresas e direitos humanos. As informações foram fornecidas pelo Reino Unido no relatório do Conselho Europeu "Solicitações à ICANN de novos domínios genéricos de primeiro nível (gTLDs) baseados na comunidade: oportunidades e desafios a partir da perspectiva dos direitos humanos" (consulte <http://www.coe.int/en/web/freedom-expression/coe-icann>).

O Conselho Europeu enviará o relatório ao grupo de trabalho do PDP de procedimentos subsequentes de novos gTLDs e à equipe de revisão de CCT para a respectiva análise.

O HRILWG foi atualizado quanto ao trabalho do grupo de trabalho entre comunidades sobre a responsabilidade corporativa e social da ICANN de respeitar os direitos humanos.

Regiões desfavorecidas: O grupo de trabalho de regiões desfavorecidas do GAC realizou uma sessão de desenvolvimento de capacidades da região Ásia-Pacífico na 57ª reunião da ICANN com a gentil participação da diretoria da ICANN, do CEO, do GE da ICANN, do GSE, do presidente do GAC e dos respectivos membros.

Os presidentes conjuntos do grupo de trabalho receberam as sugestões feitas pela comunidade em relação ao plano de trabalho e, em particular, a necessidade de entender os desafios e as necessidades de capacidade dos membros das regiões desfavorecidas. Os membros da comunidade concordaram que há a necessidade de alocar os recursos necessários para possibilitar a diversidade e uma participação

significativa das partes interessadas das regiões desfavorecidas.

Proteção de nomes geográficos e da comunidade em futuras rodadas de gTLDs: O grupo de trabalho sobre proteção de nomes geográficos em novas rodadas de gTLDs reuniu-se durante a 57ª reunião da ICANN. O grupo de trabalho discutiu um novo texto para as “práticas recomendadas” que inclui a proposta de criar um repositório de nomes, em referência a um processo de devida diligência e procedimentos associados para solicitantes e outras partes envolvidas no processo. O grupo de trabalho recebeu comentários e está aberto a receber outros, com o objetivo de compartilhar uma nova versão com o grupo de trabalho antes de passar para o GAC plenário, antes da próxima reunião da ICANN.

Participação do GAC no NomCom: O grupo de trabalho sobre a participação do GAC no NomCom reuniu-se durante a 57ª reunião da ICANN. O grupo de trabalho apresentou um novo texto dos “critérios do GAC” a serem considerados pelo NomCom ao selecionar candidatos para posições de liderança na ICANN. Os membros do GAC sugeriram alterações no texto. O grupo de trabalho recebeu comentários e está aberto a receber outros, com o objetivo de compartilhar uma nova versão com o grupo de trabalho antes de passar para o GAC plenário, antes da próxima reunião da ICANN.

Revisão dos princípios operacionais do GAC: Consulte acima o item específico.

ADMINISTRAÇÃO DO DOCUMENTO

Título	Atas do GAC – Hyderabad – novembro de 2016
Sumário do GAC n°	16-135
Distribuição	Membros do GAC
Data de distribuição	Final: 5 de dezembro de 2016
Reunião relacionada e item da pauta	57ª reunião da ICANN

ANEXO 1: Participantes do GAC – Hyderabad – de 3 a 9 de novembro de 2016

Membros	
Comissão da União Africana	Quênia
Argentina	Coreia
Austrália	
Áustria	Luxemburgo
Brasil	Malásia
Bulgária	Madagascar
Burkina Faso	México
Burundi	
	Namíbia
Camarões	Países Baixos
Canadá	Nova Zelândia
Chade	Nigéria
China	Niue
Colômbia	Noruega
Ilhas Cook	
Costa Rica	Paquistão (participante remoto)
Costa do Marfim	Palestina
República Tcheca	Paraguai
	Peru
República Democrática do Congo	Portugal
Dinamarca	
	Federação Russa
Egito	Ruanda
Estônia	
Comissão Europeia	
	Senegal
Fiji	Cingapura
Finlândia	Espanha
França	Suécia
	Suíça
Geórgia (participante remoto)	
Alemanha	Taipé Chinesa
	Tailândia
Hong Kong-China	
Hungria	Ucrânia (participante remoto)
	Reino Unido
Índia	Estados Unidos
Indonésia	Uruguai
Irã	
Itália	Venezuela
	Vietnã
Jamaica	
Japão	
Observadores	
OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual)	CTO (Commonwealth Telecommunications Organisation, Organização de Telecomunicações da Commonwealth)
OIF (Organisation Internationale de la Francophonie, Organização Internacional da Francofonia)	ECOWAS (Economic Community of West African States, Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental)
CTU (Caribbean Telecommunications Union, União de Telecomunicações do	Comitê Internacional da Cruz Vermelha

Caribe)	
---------	--

ANEXO 2: Comunicado do GAC de Hyderabad

Hyderabad, 8 de novembro de 2016

Comunicado do GAC – Hyderabad, Índia ²

I. Introdução

O comitê consultivo para assuntos governamentais (GAC) da corporação da Internet para atribuição de nomes e números (ICANN) reuniu-se em Hyderabad, Índia, de 3 a 9 de novembro de 2016.

Sessenta e seis (66) membros do GAC e seis (6) observadores participaram da reunião.

A reunião do GAC foi realizada como parte da 57^a reunião da ICANN. Todas as sessões plenárias e dos grupos de trabalho do GAC foram realizadas como reuniões abertas.

II. Atividades entre grupos constituintes e participação da comunidade

Reunião com a diretoria da ICANN

O GAC reuniu-se com a diretoria da ICANN e discutiu:

- O momento apropriado da resposta da diretoria ao parecer contido no Comunicado do GAC de Helsinque.
- A necessidade de buscar um entendimento em comum das respectivas funções do GAC e da diretoria.
- Códigos de países de duas letras no segundo nível.
- Proteções de IGOs.
- Proteções para Cruz Vermelha/Crescente Vermelho/Cristal Vermelho.
- Medidas para incentivar a diversidade de participação no trabalho de desenvolvimento de políticas da ICANN.
- O relatório preparado pelo Conselho Europeu sobre solicitações de gTLDs pela comunidade.
- Leilão do domínio ponto web.

² Para acessar pareceres anteriores do GAC sobre este ou outros assuntos, os últimos comunicados do GAC estão disponíveis em: <https://gacweb.icann.org/display/gacweb/GAC+Meetings> e os comunicados mais antigos do GAC estão disponíveis em: <https://gacweb.icann.org/display/gacweb/GAC+Meetings+Archive>.

Reunião com a organização de apoio a nomes genéricos (GNSO)

O GAC reuniu-se com membros do conselho da GNSO e discutiu:

- O relatório final de status do grupo de consulta do GAC-GNSO sobre participação inicial do GAC no desenvolvimento de políticas. O GAC recebeu as recomendações do relatório e trabalhará com a GNSO na respectiva implementação.
- Os processos atuais de desenvolvimento de políticas com possíveis implicações de políticas públicas.
- A necessidade de resolver as antigas questões de proteções permanentes de nomes e acrônimos de organizações intergovernamentais e identificadores da Cruz Vermelha/Crescente Vermelho/Cristal Vermelho. Foi acordado que uma solução requer o envolvimento do GAC, da GNSO e da diretoria da ICANN.

Reunião com a organização de apoio a nomes de domínio com códigos de países (ccNSO)

O GAC reuniu-se com o conselho da ccNSO e discutiu:

- Uma proposta de processo de desenvolvimento de políticas da ccNSO sobre a retirada e revisão de ccTLDs;
- O relatório final do grupo de trabalho entre comunidades sobre o uso de nomes de países e territórios como TLDs.
- O mais recente relatório relativo ao painel de revisão ampliado de semelhanças de processo.

Reunião com o comitê consultivo At-Large (ALAC)

O GAC reuniu-se com o ALAC e discutiu:

- Desenvolvimento de políticas para novos gTLDs futuros, inclusive solicitações da comunidade e a revisão de CCT.
- Questões de diversidade.
- Implementação do novo Estatuto da ICANN com relação à comunidade autônoma.
- O programa de treinamento de liderança da academia da ICANN.

Tópicos de alto interesse

Os membros do GAC envolveram-se ativamente nas várias sessões entre comunidades sobre tópicos de alto interesse realizadas no âmbito da 57ª reunião da ICANN. Os grupos de trabalho de segurança pública e regiões desfavorecidas realizaram sessões muito concorridas sobre atenuação de abusos em gTLDs, atividades relativas ao WHOIS e regiões desfavorecidas. O GAC se envolverá nos processos de acompanhamento correspondentes, conforme o caso.

Envolvimento

O GAC agradece aos governos da Índia e do estado de Telangana por proporcionarem oportunidades valiosas de envolvimento aos membros do GAC nesta reunião.

Envolvimento do GAC com a comunidade

O GAC aprecia muito as oportunidades de se reunir com as partes interessadas durante as reuniões da ICANN e entre elas. No entanto, as reuniões presenciais do GAC são agendadas com muita antecipação, e realmente agradeceríamos se as solicitações de reuniões pudessem ser enviadas ao presidente do GAC e à secretaria o mais cedo possível para possibilitar uma programação do GAC que atenda a todos os interesses.

III. Assuntos internos

1. Novos membros

O GAC deu as boas-vindas ao novo membro, Nepal. Com isso, a afiliação do GAC totaliza 170 membros e 35 observadores.

2. Eleições do GAC

O GAC reelegeu como presidente, por aclamação, Thomas Schneider (Suíça).

O GAC elegeu os seguintes vice-presidentes:

Guo Feng (China)

Manal Ismail (Egito)

Ghislain De Salins (França)

Milagros Castañón Seoane (Peru)

Mark Carvell (Reino Unido)

Os novos vice-presidentes assumirão seus cargos para o novo mandato após a reunião de Copenhague.

3. Grupo de trabalho de implementação das recomendações da diretoria e do GAC (BGRI-WG)

O BGRI reuniu-se e discutiu a continuidade do trabalho sobre:

- O que constitui um parecer do GAC.
- Clareza do parecer do GAC.
- Um diálogo normal após o Comunicado entre a diretoria e o GAC.

4. Grupos de trabalho do GAC: atualizações conforme relatado ao GAC

Grupo de trabalho de segurança pública: O grupo de trabalho de segurança pública (PSWG) continuou o envolvimento com a comunidade e com várias iniciativas da ICANN.

Os membros do PSWG participaram de reuniões da revisão de concorrência, confiança e escolha do consumidor (CCT), do grupo de trabalho de PDP de serviços de diretório de registro, da equipe de revisão de implementação do credenciamento de serviços de proxy e privacidade (PPSAI) e da equipe de redação da estrutura de segurança.

O PSWG elaborará recomendações ao GAC na área de cadeias de caracteres sensíveis e proteção infantil on-line, continuará a discussão sobre as orientações operacionais do grupo de trabalho, continuará participando de atividades de envolvimento e desenvolvimento de capacidades e realizará reuniões quinzenais para promover o trabalho entre sessões.

Grupo de trabalho do GAC sobre direitos humanos e direito internacional: o grupo de trabalho sobre direitos humanos e direito internacional (HRILWG) foi atualizado pelo relator do subgrupo do CCWG para o desenvolvimento de uma estrutura de interpretação do valor essencial dos direitos humanos incluído no estatuto que entrou em vigor em 1º de outubro de 2016. O HRILWG planeja preparar uma contribuição do GAC à consulta pública sobre a versão preliminar da estrutura de interpretação, planejada para fevereiro próximo. O HRILWG solicita maior participação dos membros do GAC e de observadores nesta iniciativa entre comunidades. Por fim, o HRILWG concordou em apoiar a iniciativa de seus presidentes conjuntos para ajudar o relator do subgrupo do CCWG a estabelecer o contato com o grupo de trabalho da ONU sobre a questão dos direitos humanos e com corporações multinacionais e outras empresas comerciais, a fim de buscar a respectiva opinião embasada a respeito da solicitação à ICANN dos princípios orientadores da ONU sobre empresas e direitos humanos. As informações foram fornecidas pelo Reino Unido no relatório do Conselho Europeu “Solicitações à ICANN de novos domínios genéricos de primeiro nível (gTLDs) baseados na comunidade: oportunidades e desafios a partir de uma perspectiva de direitos humanos” (consulte <http://www.coe.int/en/web/freedom-expression/coe-icann>). O Conselho Europeu enviará o relatório ao grupo de trabalho do PDP de procedimentos subsequentes de novos gTLDs e à equipe de revisão de CCT para a respectiva análise.

O HRILWG foi atualizado quanto ao trabalho da equipe de trabalho entre comunidades sobre a responsabilidade corporativa e social de respeitar os direitos humanos.

Grupo de trabalho sobre regiões desfavorecidas: O grupo de trabalho de regiões desfavorecidas (USR) do GAC realizou uma sessão de desenvolvimento de capacidades da região Ásia-Pacífico na 57ª reunião da ICANN com a gentil participação da diretoria da ICANN, do CEO, do GE da ICANN, do GSE, do presidente do GAC e dos respectivos membros.

Os presidentes conjuntos do grupo de trabalho receberam as sugestões feitas pela comunidade em relação ao plano de trabalho e, em particular, a necessidade de entender os desafios e as necessidades de capacidade dos membros das regiões desfavorecidas. Os membros da comunidade concordaram que há a necessidade de alocar os recursos necessários para possibilitar a diversidade e uma participação significativa das partes interessadas das regiões desfavorecidas.

Grupo de trabalho de nomes geográficos: O grupo de trabalho sobre proteção de nomes geográficos em novas rodadas de gTLDs reuniu-se durante a 57ª reunião da ICANN. O grupo de trabalho discutiu um novo texto para as “práticas recomendadas” que inclui a proposta de criar um repositório de nomes, em referência a um processo de devida diligência e procedimentos associados para solicitantes e outras partes envolvidas no processo. O grupo de trabalho recebeu comentários e está aberto a receber outros, com o objetivo de compartilhar uma nova versão com o grupo de trabalho antes de passar para o GAC plenário, antes da próxima reunião da ICANN.

Participação do GAC no grupo de trabalho do NomCom: O grupo de trabalho sobre a participação do GAC no NomCom reuniu-se durante a 57ª reunião da ICANN. O grupo de trabalho apresentou um novo texto dos “critérios do GAC” a serem considerados pelo NomCom ao selecionar candidatos para posições de liderança na ICANN. Os membros do GAC sugeriram alterações no texto. O grupo de trabalho recebeu comentários e está aberto a receber outros, com o objetivo de compartilhar uma nova versão com o grupo de trabalho antes de passar para o GAC plenário, antes da próxima reunião da ICANN.

5. Participação do GAC no NomCom

Argentina, Brasil, Burundi, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Irã, França, Nigéria, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela apresentaram uma declaração solicitando que o GAC indique um representante para ser o contato sem direito a voto no NomCom, que pode ser acomodado dentro da estrutura atual do NomCom. Foi acordado que essa solicitação será analisada no GAC.

6. Secretaria independente

O GAC reafirmou sua visão de que é essencial ter uma secretaria sustentável,

independente e responsável para que o comitê desempenhe suas funções. As fontes de financiamento serão exploradas com o objetivo de continuar a financiar uma secretaria independente após o vencimento do atual contrato com o ACIG, em julho de 2017.

Observando com pesar que Tracey Hind deixará seu emprego no ACIG, o provedor da secretaria independente do GAC, o GAC expressou-lhe sua profunda apreciação e caloroso agradecimento pelo excelente serviço prestado, desejando-lhe todo o sucesso no futuro.

IV. Transição da administração da IANA e aprimoramento da responsabilidade da ICANN

O GAC registra a conclusão do processo de transição da administração da função da IANA para a comunidade de participação múltipla e expressa seu agradecimento a todas as partes envolvidas pelos esforços envidados.

O GAC está trabalhando em uma série de medidas para implementar o estatuto da ICANN que entrou em vigor em 1º de outubro de 2016. As medidas incluem o fornecimento de parecer do GAC à diretoria; indicações do GAC a órgãos externos e procedimentos e condições para a participação do GAC na comunidade autônoma.

Os membros do GAC continuarão participando das atividades da linha de trabalho 2 do CCWG de responsabilidade, e o GAC espera que esse trabalho seja concluído a tempo.

V. Outros assuntos

1. Equipe de revisão de concorrência, confiança e escolha do consumidor (CCT)

O GAC foi informado sobre o trabalho da equipe de revisão de concorrência, confiança e escolha do consumidor (CCT) pelo respectivo presidente e membros do GAC.

O GAC analisará a pesquisa realizada até o momento e aguarda a oportunidade de responder a uma versão preliminar do relatório no devido momento.

2. Novos gTLDs: questões importantes sobre políticas

O GAC discutiu questões específicas de política relevantes para a possível liberação futura de novos gTLDs, inclusive:

- a. Solicitações de gTLDs baseadas na comunidade. O GAC observou a divulgação de um relatório preparado pelo Conselho Europeu sobre: “Solicitações à ICANN de novos domínios genéricos de primeiro nível (gTLDs) baseados na comunidade: oportunidades e desafios a partir da perspectiva dos direitos humanos”. O GAC considerará o relatório do ponto de vista de seu uso na comunidade como uma contribuição ao trabalho de desenvolvimento de políticas de novos gTLDs.
- b. Apoio para solicitantes de países em desenvolvimento.
- c. Categorias para novos gTLDs.
- d. Nomes reservados, inclusive nomes geográficos.
- e. Nomes de domínio internacionalizados.

3. Revisão do centro de informações de marcas

O GAC foi informado pelo grupo de análise a respeito do respectivo relatório sobre o centro de informações de marcas. O GAC analisará melhor o relatório e o resultado do processo de comentários públicos no contexto do desenvolvimento de futuras políticas de gTLDs.

4. Leilão do domínio ponto web

O GAC está ciente das preocupações relacionadas ao TLD ponto web. O GAC gostaria que a comunidade fosse mantida totalmente informada sobre os desenvolvimentos neste caso pelo interesse da transparência.

5. Proteção de nomes e acrônimos de IGOs

O GAC leva em consideração a carta do secretário geral da ONU aos ministros referente ao desenvolvimento de políticas na ICANN relacionadas ao possível uso não autorizado de nomes e acrônimos de IGOs no sistema de nomes de domínio da Internet. Com relação a isso, o GAC reitera sua preocupação com a questão estabelecida pelo secretário geral da ONU.

6. Uso de códigos de países da ISO de três letras como TLDs

Na sequência do comunicado do GAC de Helsinque, o GAC continuou sua discussão sobre códigos de países de 3 letras como possíveis TLDs. As discussões continuarão no GAC.

IV. Parecer do GAC à diretoria³

Os itens do parecer do GAC à diretoria apresentados a seguir foram alcançados com base em consenso, conforme definido no estatuto da ICANN.

1. Políticas e procedimentos de futuros gTLDs: processo e momento apropriado

a. O GAC aconselha a diretoria da ICANN:

- I. O GAC reitera seu parecer contido no comunicado de Helsinque com relação ao processo e momento apropriado no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas e procedimentos de futuros gTLDs.

JUSTIFICATIVA

A justificativa deste parecer é a mesma que consta no comunicado de Helsinque do GAC, para a qual o GAC ainda não recebeu nenhuma resposta da diretoria.

2. Atenuação de abuso de nomes de domínio

a. O GAC aconselha a diretoria da ICANN a:

- I. Fornecer respostas por escrito às perguntas relacionadas no Apêndice 1 deste comunicado em um prazo máximo de cinco semanas antes da 58ª reunião da ICANN em Copenhague.

JUSTIFICATIVA

O GAC endossou anteriormente recomendações de devida diligência aos organismos encarregados do cumprimento da lei⁴

Embora o RAA⁵ de 2013 aborde a maioria dessas recomendações referentes aos registradores, o GAC agora busca mais informações sobre a implementação de algumas dessas cláusulas do RAA.

O GAC espera entender melhor como a ICANN está usando recursos publicamente disponíveis de denúncia de abusos do DNS e busca informações específicas sobre as atividades da ICANN para definir padrões para a denúncia de abusos e o desempenho.

³ Para obter um registro dos antecedentes e acompanhar o assessoramento do GAC à diretoria, acesse o registro on-line de recomendações do GAC:

<https://gacweb.icann.org/display/GACADV/GAC+Register+of+Advice>

⁴ As [recomendações de devida diligência aos organismos encarregados do cumprimento da lei](#) foram mencionadas em diversos comunicados do GAC: Nairóbi (2010), Bruxelas (2010), Cingapura (2011) e Dakar (2011).

⁵ <https://www.icann.org/resources/board-material/resolutions-2013-06-27-en#2.b>

3. Códigos de países/territórios de duas letras no segundo nível

a. O GAC aconselha a diretoria da ICANN a:

1. Indicar claramente se as ações tomadas pela diretoria, conforme mencionado na resolução adotada em 8 de novembro de 2016, são totalmente coerentes com o parecer do GAC fornecido no comunicado de Helsinque.
2. Sempre comunicar, no futuro, a posição da diretoria com relação ao parecer do GAC sobre qualquer matéria em tempo hábil antes de adotar qualquer medida diretamente relacionada a esse parecer.

JUSTIFICATIVA

A diretoria aprovou uma resolução sobre este assunto na reunião de 8 de novembro de 2016. Em relação a isso, o GAC manifesta uma grande preocupação de que a diretoria tenha tomado uma decisão sobre este assunto sem responder ao parecer do GAC fornecido no comunicado de Helsinque, impedindo, assim, o GAC de ter uma oportunidade para reagir. Na opinião do GAC, isso não está em conformidade com o estabelecido nos procedimentos entre a diretoria e o GAC.

4. Proteção de nomes e acrônimos de IGOs

a. O GAC aconselha a diretoria da ICANN:

- i. A tomar medidas e envolver-se com todas as partes para promover, através de um diálogo transparente e de boa fé, a resolução de incoerências pendentes entre o parecer do GAC e as recomendações da GNSO com relação à proteção dos acrônimos de IGOs no DNS e para informar sobre os avanços na 58ª reunião da ICANN.
- ii. Que uma base inicial para resolução de diferenças entre o parecer do GAC e recomendações existentes da GNSO seria a proposta de meio-termo do grupo pequeno definida na carta de 4 de outubro de 2016 do diretor presidente da ICANN à GNSO, isto é, que a ICANN estabeleceria todos os seguintes itens, com relação aos acrônimos de IGOs no segundo nível:

1. um procedimento para notificar as IGOs do registro de seus acrônimos por parte de terceiros;
 2. um mecanismo de resolução de disputas inspirado na UDRP, mas independente da mesma, que estabeleça especialmente a possibilidade de recorrer a um tribunal arbitral em vez dos tribunais nacionais, em conformidade com os princípios correspondentes do direito internacional;
 - e
 3. um mecanismo de suspensão de nome de domínio para reparação de emergência (por exemplo, de 24 a 48 horas) para combater o risco iminente de danos.
- iii. Que, para promover a implementação do parecer acima, o GAC convida o grupo de trabalho da GNSO sobre mecanismos de proteção de direitos de reparação a levar em consideração a proposta do grupo pequeno.
 - iv. Que, até que tais medidas sejam implementadas, os acrônimos das IGOs contidos na lista fornecida pelo GAC permaneçam reservados em dois idiomas.

IUSTIFICATIVA

As IGOs realizam missões globais de serviços públicos, e a proteção de seus nomes e acrônimos no DNS é do interesse público global.

As IGOs são instituições únicas regidas por tratados e criadas por governos nos termos do direito internacional.

A proposta de meio-termo do grupo pequeno proporciona um equilíbrio razoável entre direitos e preocupações tanto das IGOs como de terceiros legítimos.

O estatuto e os valores essenciais da ICANN indicam que as preocupações e interesses das entidades mais afetadas – neste caso, as IGOs – devem ser levados em consideração nos processos de desenvolvimento de políticas.

5. Proteção de identificadores da Cruz Vermelha/ Crescente Vermelho/ Cristal Vermelho e nomes de comitês nacionais

Com relação ao parecer anterior do GAC para garantir e confirmar a proteção permanente das designações e nomes da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho com

base no direito internacional público e no direito nacional em vigor em várias jurisdições, o GAC reconhece e recebe com apreço a boa vontade e compreensão renovada, tanto da diretoria como da comunidade, de que as proteções devidas aos identificadores da Cruz Vermelha, Crescente Vermelho e Cristal Vermelho requerem tratamento e resolução distintos.

a. Portanto, o GAC aconselha a diretoria da ICANN a, sem mais delonga:

- i. Solicitar ao conselho da GNSO, em caráter de urgência, que examine novamente e revise suas recomendações do PDP pertencentes à proteção de nomes e identificadores das respectivas organizações nacionais e internacionais da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho que não estiverem conformes ao parecer do GAC; e, no devido momento,
- ii. Confirmar as proteções de nomes e identificadores da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho como permanentes.

JUSTIFICATIVA

O consistente parecer do GAC sobre este assunto baseia-se em proteções jurídicas distintas conferidas às palavras e identificadores da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho nos termos de normas do direito internacional público acordadas universalmente e de leis em vigor em várias jurisdições. Baseia-se também no interesse público global em preservar os nomes das respectivas organizações da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho contra abuso e fraude. Os fundamentos acima constituem a motivação para a solicitação do GAC para que as recomendações do PDP passado da GNSO que não estiverem de acordo com o parecer passado do GAC sejam revisadas.

O GAC deseja enfatizar que essa linha de ação indicará claramente à comunidade da ICANN e aos estados representados no comitê consultivo para assuntos governamentais o compromisso da ICANN em resolver diferenças que surjam entre seus grupos constituintes e em fazê-lo com toda a devida consideração e atenção ao direito público internacional e aos interesses de políticas públicas globais, de acordo com os regimes jurídicos mencionados acima.

6. Regiões desfavorecidas

a. O GAC aconselha a diretoria da ICANN a:

- i. Tomar as medidas necessárias para permitir a implementação de atividades em regiões desfavorecidas do GAC, inclusive, entre outros,

o desenvolvimento de capacidades e a participação nos processos de políticas da ICANN.

JUSTIFICATIVA

A abordagem de participação múltipla que é a base da ICANN contribuiu para iniciativas coletivas impressionantes em relação ao desenvolvimento de políticas complexas e processos técnicos. Entretanto, é imperativo que reconheçamos e tenhamos em mente que, embora a abordagem tenha a intenção de permitir a abrangência e a diversidade, fornecendo a todas as partes interessadas voz total e influência na tomada de decisões da ICANN, as regiões em desenvolvimento ainda enfrentam uma infinidade de desafios que restringem sua participação.

O GAC desenvolveu uma plano de trabalho com o objetivo de abordar alguns desses desafios e fornecer recomendações.

7. Revisão de semelhanças de cadeias de caracteres

a. O GAC aconselha a diretoria da ICANN a:

- i. A diretoria deve aplicar as opiniões expressas pelo GAC na carta do presidente do GAC de 28 de setembro de 2016 ao presidente da ccNSO com relação à proposta de orientações do grupo de trabalho do painel de revisão ampliado de semelhanças de processo sobre o segundo processo de revisão de semelhanças de cadeias de caracteres.

JUSTIFICATIVA

A promoção de ccTLDs de IDNs através da comunidade da Internet local correspondente sempre teve o apoio do GAC como um modo de tornar o sistema de nomes de domínio mais abrangente e acessível. Questões que possam causar alguma confusão podem e devem ser abordadas de forma prática e viável.

8. Aprimoramento de cooperação mútua e entendimento

a. O GAC aconselha a diretoria da ICANN a:

- i. Envolver-se em uma comunicação aprimorada e mais regular com o GAC e as organizações de apoio com vistas a promover um melhor entendimento mútuo um do outro e dos procedimentos na estrutura da ICANN.
- ii. Envolver-se em uma comunicação aprimorada e mais regular com o GAC com vistas a

promover o entendimento mútuo da natureza e objetivos do parecer do GAC sobre questões de política pública e com relação ao direito nacional e internacional, e também com vistas a compreender melhor as expectativas do GAC e as deliberações da diretoria relacionadas à implementação do parecer do GAC.

- iii. Tornar o agendamento de uma reunião entre o GAC e a diretoria após o comunicado uma prática regular, a fim de garantir a compreensão mútua das respectivas cláusulas, seja na reunião da ICANN correspondente ou em uma convocação quatro semanas após a emissão do comunicado.
- iv. Considerar a disponibilização pública das resoluções preliminares antes das reuniões da diretoria.

JUSTIFICATIVA

Na primeira conferência entre a diretoria e o GAC após o comunicado, realizada em 20 de julho de 2016, o GAC percebeu que essa interação contribuiu para a compreensão compartilhada das cláusulas do parecer emitido. Essa interação aprimorada parece ter auxiliado a diretoria a entender melhor as intenções e expectativas do GAC ao emitir um parecer e ajudou o GAC a entender melhor as deliberações da diretoria ao analisar e processar o parecer do GAC.

Além disso, e em prol da transparência, o GAC acredita que pode ser útil para a interação efetiva entre as partes interessadas que o conteúdo das resoluções preliminares da diretoria seja disponibilizado antes de sua adoção.

VIII. Próxima reunião

O GAC se reunirá na 58ª reunião da ICANN em Copenhague, Dinamarca, agendada para 11 a 16 de março de 2017.

ANEXO 1 AO COMUNICADO DO GAC DE HYDERABAD

Perguntas à diretoria da ICANN sobre atenuação de abuso do DNS por parte da ICANN e partes contratadas

I. Implementação das cláusulas do RAA de 2013 e credenciamento de registradores

1. Especificação do programa de precisão do WHOIS – Requisito de validação transversal

Qual é o status da implementação da especificação do programa de precisão do WHOIS do RAA de 2013⁶, seção 1 (e) que prevê que os registradores “*validem se todos os campos do endereço postal estão consistentes em todos os campos (por exemplo, se a rua existe na cidade, se a cidade existe no estado/província, se a cidade corresponde ao código postal) nos quais essas informações são técnica e comercialmente viáveis para o território ou país aplicável*”?

Especificamente, a ICANN deve fornecer:

- a. Informações detalhadas sobre o que os registradores e a ICANN fizeram para cumprir este requisito do RAA até a momento;
- b. Um cronograma com objetivos e datas específicos, inclusive uma previsão de data de encerramento para concluir a implementação deste requisito;
- c. Informações detalhadas sobre software de validação transversal, abordagens etc. que tenham sido consideradas, incluindo dados de apoio e pesquisa;
- d. Informações detalhadas com relação à preocupação dos registradores sobre os motivos pelos quais determinadas opções não são técnica e comercialmente viáveis, incluindo dados de apoio e pesquisa; e
- e. Propostas atuais para validação transversal (publicadas no momento em que forem compartilhadas com qualquer registrador).

2. Aplicação, por parte da ICANN, dos requisitos de verificação, validação e precisão do WHOIS

De acordo com a especificação do WHOIS do RAA de 2013, como a ICANN aplica todas as obrigações contratuais de verificação, validação e precisão dos registradores do WHOIS? Forneça exemplos que demonstrem como a ICANN está aplicando cada uma dessas obrigações contratuais.

3. Diligência, por parte da ICANN, em relação à obrigação dos registradores de investigar denúncias de abuso

Qual o padrão de diligência que a ICANN aplica a registradores na obrigação do registrador de responder a denúncias de abuso de acordo com a seção 3.18 do RAA de 2013?

4. Atividades de conscientização da ICANN sobre as obrigações dos registradores:

Que atividades a ICANN realiza para garantir que os registradores sejam capacitados e conscientes de suas obrigações contratuais? De acordo com o RAA de 2013, seção 3.13, a ICANN pode fornecer detalhes sobre o treinamento necessário? Por exemplo:

- a. Existe um programa de treinamento da ICANN com links e informações correspondentes?
- b. Com que frequência esse treinamento é fornecido?
- c. Outros detalhes do programa de treinamento?

5. Análise de solicitações de credenciamento de registradores

A ICANN tem uma lista de critérios para o credenciamento de registradores⁷. Explique como esses critérios têm sido colocados em prática e aplicados? Especificamente:

⁶ <https://www.icann.org/resources/pages/approved-with-specs-2013-09-17-en#whois-accuracy>

⁷ <https://www.icann.org/resources/pages/application-2012-02-25-en>

- a. Como a ICANN verifica as informações fornecidas em solicitações de credenciamento de registradores? Quais bancos de dados, verificações de registros etc. são usados?
- b. Quantas solicitações a ICANN recebeu desde que o novo processo começou? Dessas, quantas solicitações foram rejeitadas e por quê?
- c. Quanto tempo leva para a ICANN avaliar cada solicitação?
- d. Quais são os custos financeiros associados com o processamento de cada solicitação, incluindo os custos de verificação?

II. Implementação do manual do solicitante de novos gTLDs e contrato de registro

1. Análise de solicitações de credenciamento de registro

O manual do solicitante de novos gTLDs⁸ (v. 04-06-2012), módulo 1, seção 1.2.1, Elegibilidade, declara que “a ICANN realizará uma avaliação do histórico somente em duas áreas: (1) diligência geral de negócios e antecedentes criminais; e (2) histórico de comportamento de ciberespeculação”. Como a ICANN está monitorando, aplicando e/ou verificando a conformidade contínua com a seção 1.2.1?

2. Verificações de segurança, especificação 11, seção 3(b)

- a. A ICANN coleta e/ou revisa esses relatórios estatísticos ou verifica de outra forma se o compromisso com o interesse público está sendo cumprido?
- b. A ICANN está realizando algum tipo de pesquisa independente que lhe permita obter medidas e gerar estatísticas relacionadas à concentração de nomes de domínio maliciosos por registrador/registo e qual a tendência disso ao longo de um determinado período?
- c. Se a ICANN estiver realizando essa pesquisa, forneça uma breve explicação de como a análise é feita e das medidas específicas que a ICANN toma em resposta aos resultados indicados pelos dados.
- d. Se a ICANN NÃO estiver realizando essa pesquisa, explique o motivo. Em prol da transparência, o GAC solicita um relatório que contenha essas estatísticas e resumos das medidas tomadas em resposta às ameaças de segurança identificadas acima.
- e. O GAC gostaria de lembrar a ICANN que a lista de ameaças de segurança nas proteções dos novos gTLDs não pretende ser exaustiva. De fato, as proteções de verificações de segurança aplicáveis a todos os novos gTLDs referem-se a “ameaças de segurança como phishing, pharming, malware e botnets” (grifo nosso), o que não exclui outras ameaças relevantes. Descreva as análises e denúncias que estão sendo feitas com relação a outras ameaças relevantes não relacionadas acima, inclusive spam.

3. Atividades de conscientização da ICANN sobre as obrigações dos registros:

Que atividades a ICANN realiza para garantir que os registros sejam capacitados e conscientes de suas obrigações contratuais? Existe um programa de treinamento da ICANN com links e informações correspondentes?

III. Desempenho da investigação, emissão de relatórios e atenuação de abusos do DNS

⁸ <https://newgtlds.icann.org/en/applicants/agb>

1. Investigações, pesquisa e relatórios de abuso

Os programas de IS-SSR da ICANN são um recurso interno que poderia ser usado para fins de aplicação de contrato. Adicionalmente aos programas de IS-SSR da ICANN, existem vários relatórios antiabuso que podem ser usados para ajudar a ICANN a aplicar as obrigações contratuais com registros e registradores de gTLDs⁹.

- a) A equipe de conformidade contratual da ICANN conhece esses relatórios de abuso que estão publicamente disponíveis?
 - i. Em caso afirmativo, a ICANN os utiliza para auxiliar na aplicação de contratos?
 - ii. Caso a ICANN utilize esses relatórios de abuso disponibilizados publicamente, como ela os utiliza?
 - iii. Identifique os relatórios ou fontes que a ICANN utiliza.
 - iv. Se a ICANN *não* usa esses relatórios para fins de aplicação de contratos, existe alguma razão para não o fazer? Há planos ou disposição de utilizá-los no futuro?
- b) A ICANN tem alguma intenção de usar seus programas de IS-SSR para fins de aplicação de contratos?
 - i. Em caso afirmativo, como?
 - ii. Caso contrário, por quê?
 - iii. Os IS-SSR da ICANN consideraram a possibilidade de definir valores de referência para o bom comportamento de registros e registradores? Em caso afirmativo, forneça detalhes.

2. Relatórios de abuso multijurisdicional

O ex-diretor de conformidade contratual da ICANN, Allan Grogan, publicou uma entrada em um blog em 1º de outubro de 2015 intitulada “*Atualização sobre etapas para combater abuso e atividade ilegal*”¹⁰. Nessa entrada, o Sr. Grogan indica que o reclamante deve identificar a lei/regulamentação violada e a jurisdição aplicável. Muitos ataques cibernéticos/malware/botnet afetam muitos TLDs espalhados por muitas jurisdições internacionais.

- a) Esclareça os procedimentos que devem ser seguidos quando um reclamante procura enviar relatórios válidos de abuso a registradores envolvendo incidentes em diversas jurisdições.
- b) Especialmente, o que a ICANN exige dos reclamantes para identificar as leis/regulamentações nas jurisdições de cada registrador afetado?

⁹ http://www.domaintools.com/content/The_DomainTools_Report_Distribution_Malicious_Domain.pdf e <https://www.spamhaus.org/statistics/registrars/>

¹⁰ <https://www.icann.org/news/blog/update-on-steps-to-combat-abuse-and-illegal-activity>

ANEXO 3: Declaração do Brasil em nome de vários membros do GAC com relação ao GAC na comunidade autônoma

A declaração a seguir foi feita na reunião do GAC de 9 de novembro de 2016 pelo Brasil em nome de vários governos.

BRASIL: Gostaria de fazer um comentário sobre essa questão. Esses comentários refletem a posição dos governos do Brasil, Argentina, Chile, China, Colômbia, França, Guiné, Paraguai, Peru, Portugal, Ruanda e Venezuela. Certo. De acordo com a declaração de participação múltipla da NETmundial, a governança da Internet, e cito, “deve basear-se em processos democráticos de participação múltipla, garantindo uma participação significativa e responsável de todas as partes interessadas, inclusive governos”. O documento resultante da WSIS+10 também reconhece que, e cito novamente, “a participação, parceria e cooperação efetivas de governos, setor privado, sociedade civil, organizações internacionais, as comunidades técnica e acadêmica e todas as demais partes interessadas relevantes em suas respectivas funções e responsabilidades, principalmente com representação equilibrada de países em desenvolvimento, têm sido e continuam sendo vitais para o desenvolvimento da sociedade da informação”. Enquanto organização de participação múltipla, a ICANN deve adotar e refinar mecanismos que permitam a participação efetiva e significativa de todos os setores com interesse na coordenação e gerenciamento de identificadores exclusivos da Internet. Algumas questões levantadas durante esta reunião da ICANN em Hyderabad, especialmente a proteção de acrônimos de IGOs/INGOs, demonstraram a necessidade de que os governos se envolvam desde o início nos PDPs para tornar o desenvolvimento de políticas na ICANN mais eficiente e legítimo. Da mesma forma, com a conclusão da transição da administração da IANA, a ICANN desenvolveu novos mecanismos de responsabilidade que requerem o envolvimento apropriado dos governos. Em 1º de outubro de 2015, o GAC... 2016, desculpem... o GAC tornou-se oficialmente um dos cinco participantes decisórios na comunidade autônoma (EC) e agora tem a obrigação, assim como os outros ACs e SOs, de desenvolver as condições nas quais operar nessa nova estrutura. Se isso não for feito, será negativo não apenas para os governos, mas também para a própria ICANN, pois afetaria a própria legitimidade da ICANN.

Dito isso, gostaríamos de declarar nosso apoio ao seguinte:

Ponto 1: Com relação às atribuições a serem exercidas pelo GAC na comunidade autônoma, é nossa opinião que, por uma questão de princípios, o GAC deve participar do exercício de todas as atribuições, todas as sete. Uma vez que todas elas podem estar relacionadas a aspectos de políticas públicas e interesse público, eventuais abstenções devem ser decididas de acordo com cada caso, dependendo do teor das questões trazidas ao GAC. Ponto 2: Com relação aos limites para adotar petições de participantes internos e outros participantes decisórios, acreditamos que se deve buscar consenso sempre que possível no GAC. Porém, caso o consenso não possa ser alcançado no prazo estabelecido para a decisão, deve-se considerar a maioria qualificada ou simples, dependendo da etapa específica do processo de encaminhamento. A maioria simples é, de fato, o modo como o GAC atualmente aprova alterações em seus princípios operacionais e deveria, portanto, ser adotada como uma etapa inicial desses novos procedimentos. Rejeitamos firmemente qualquer solução que requeira consenso total como último recurso, já que poderia levar às deliberações do GAC nesse sentido ao conceder poder de veto a membros individuais do GAC. Com uma afiliação atual de 170 governos, não seria aceitável ter um país

impedindo a decisão de todos os outros. Uma última palavra sobre esta declaração. O texto está sendo divulgado agora a outros governos em outros países. E outros países poderão oferecer seu apoio mais tarde, espero, durante a 58ª reunião da ICANN. Obrigado.